

Da Ordem Internacional à transição política da República Popular da China numa dinâmica autopoietica

Marco Martins

Marco Martins, Assistant Professor / Researcher of NICPRI
Department of Economics, University of Evora,
Largo dos Colegiais n.º 2, 7004-516 Évora
mabm@uevora.pt

RESUMO:

Trata-se de analisar a República Popular da China em conjugação com a caracterização da actual ordem internacional no quadro sistémico, tendo por base a *autopoiesis* de Humberto Maturana no quadro da sobrevivência da *sede do poder*, leia-se Partido Comunista da China (PCC) e da garantia da estabilidade do ambiente interno. Pretende-se, igualmente, compreender a mensagem contida e transmitida no discurso do Presidente Hu Jintao no âmbito da comemoração do 90º aniversário da criação do PCC (01 de Julho de 2011).

PALAVRAS-CHAVE:

República Popular da China, *autopoiesis*, poder, relações internacionais, elite política.

A observação sistémica autopoietica

Considerando, por um lado, a inexistência de identidade sem valor e valor sem identidade e, por outro lado a operabilidade das relações internacionais no sistema vivo onde interagem o ambiente interno de cada estado enquanto ator das relações internacionais com o ambiente externo localizado espacialmente à escala global, a defesa da soberania nacional para um estado, neste âmbito, inserimos a República Popular da China numa lógica de garantia de sobrevivência do ambiente interno, em termos sistémicos *autopoieticos* e, no ambiente externo, do reforço da projeção de poder no sistema internacional.

Num mundo que designaríamos pela sua característica crescente de *não-polaridade* – conceito utilizado pelo Presidente do *Council on Foreign Relations* – mas, que qualificaríamos de resistência assimétrica onde se assiste à ascensão gradual de potências como o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul que formam o acrónimo BRICS batizado por Jim O'Neill, cujos pontos de divergência consistem na diversidade política, social, cultural, religiosa e identitária de cada um dos países em questão e, de convergência afiguram-se conexos em torno da capacidade económica e da incessante vontade de defender a soberania nacional, sem perturbar o sistema. Na ordem internacional colocam os Estados Unidos, na qualidade de ator estratégico, ao mesmo nível, o que conseqüentemente apagará as barreiras marcantes de superioridade e de inferioridade da visão básica do mundo.

O projeto de ascensão e domínio por parte da China na arena internacional baseia-se, como indica Fareed Zakaria (2008, p. 113), na *universalidade do poder* que pode originar perturbações no equilíbrio do sistema interno político, económico e social, sendo por naturalmente imprescindível neste caso de proceder à distinção na esfera das relações internacionais por um lado, da objectivo e da aspiração (Wolfers, 1962, p. 71) e, por outro lado, da vontade e da capacidade de atuar ou de projetar o poder, segundo a potência efetiva que se terá nesse preciso momento, dado a sua variabilidade. Consideramos assim que a *dimensão utópica do projeto* de afirmação da China, num mundo em permanente regime de sobrevivência e de imprevisibilidade, se localize na sobretudo na capacidade de absorver a mundialização interna de que tem vindo a ser alvo ao longo da sua história.

A reconfiguração da ordem mundial

Uma nova realidade

Desde a queda do Muro de Berlim (1989), do desmoronamento da União Soviética (1991) e dos ataques do 11 de Setembro (2001) que o mundo tem constantemente ambicionado por uma nova ordem mundial que recolocasse o lugar do homem e das relações internacionais num equilíbrio entre a existência e o tempo. Assim, a primeira década do século XXI tem revelado, numa primeira fase liderada pela administração George W. Bush (2001-2009), uma realidade alicerçada numa perspectiva norte-americana da *realpolitik* por assistir via CNN ao fatídico dia 11 de Setembro de 2001, conhecido por 9/11, aos ataques executados pelos *poderes erráticos* (Moreira, 2002, pp. 371-74) em Nova Iorque.

Por sua vez, numa segunda etapa, assumida pelo *leitmotif* de “*Yes we can*” do primeiro Presidente afro-americano eleito em 2009, Barack Obama, a realidade tem vindo a projetar o mundo e o Homem para caminhos incertos de ordem aparentemente indefinível onde interagem regimes antagónicos pautados pela defesa de interesses ora convergentes ora divergentes, num mundo liderado, de momento, por uma única superpotência mundial, Estados Unidos da América, que detém a responsabilidade de conservar proeminentemente esta posição até ao colapso da mesma ora por assuntos de ordem interna como advoga Charles Krauthammer (1990/1991) ora por impossibilidade de manter o estatuto de primeira superpotência, não por questões políticas, mas, sobretudo, tendo em consideração o relativo custo económico, numa óptica de médio/longo prazo, o que inevitavelmente levaria à colocação junto da opinião pública da medição da legitimidade na definição e na execução da política externa com implicações domésticas com base na defesa de uma justificada *razão de Estado* na acepção clássica de Nicolau Maquiavel (1469-1527) e de Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), concretamente na obra publicada a título póstumo *La Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte* (1709), na qual realça a importância da ligação da política com a religião na defesa do absolutismo por direito divino. A evocação da *razão de Estado* aplicar-se-ia no domínio da *power politics* dado que segundo Jean Bodin (1530-1596) na sua obra *Six Livres de la République* (1576) um Estado soberano *não admite nenhum poder igual na ordem interna, nem um poder superior na ordem externa*.

Porém, nas relações internacionais a formação de alianças depende da homogeneidade (de estruturas e de princípios/valores semelhantes) ou da heterogeneida-

de (de estruturas e princípios/valores diferentes) do sistema e da capacidade de influência junto dos centros de decisão de outros atores (Aron, 1992). Para além da multipolaridade ou da defesa da unipolaridade, emerge um outro sistema que segundo Richard Nathan Haass (2008) se diferencia dos restantes por se caracterizar pela não-polaridade e por surgir num momento de combate à tendência e visão hegemónica ambicionada pelos Estados Unidos. Em contraste com a polaridade, a não-polaridade envolve múltiplos atores que dificultam a manutenção da estabilidade do sistema internacional por procurarem o exercício da sua influência na arena global.

A instabilidade do sistema não-polar contribui para o incremento de ameaças no ambiente interno, tais como o terrorismo, as operações no mercado financeiro, o investimento, o comércio e atualmente as agências de *rating*, afectando consequentemente a estrutura do Estado, dos sectores das finanças à política. De outro modo, a não-polaridade perturba igualmente a diplomacia dos estados quer bilateral quer multilateral, resultante da imprevisibilidade das ameaças e da identificação de aliados ou potenciais adversários pelo facto de variarem o *modus operandi* conforme o ambiente em que se movem, cooperando ou não consoante o interesse que venham a deter nesse particular momento.

Note-se que no quadro da teoria da cooperação e da teoria dos jogos, Robert Axelrod (1943-) (2006, pp. 169-191) defende que a cooperação ideal advém na oportunidade de entreaajuda dos intervenientes ou dos jogadores, nomeadamente em situação de que o custo a advir seja superior aos gastos efectuados a partir da sua própria iniciativa sem contar com a colaboração do outro interveniente. Neste caso, a cooperação baseia-se na reciprocidade, na garantia da estabilidade e uma vez estabelecida e proporcionada junto da população, esta última se encontrará preparada para enfrentar estratégias não cooperativas que possam instigar situações de instabilidade ou de perturbação do ambiente interno dos Estados. A não-polaridade institui um ambiente perturbador e perigoso, sendo necessário optar por uma cooperação multilateral no intuito de incrementar o grau de integração global na promoção da estabilidade, dado que na rede económico-financeira a interdependência provoca uma reacção institucional no sentido de que nenhum estado se encontre autoimune à realidade neoliberal que acabou por agravar a pobreza à escala global.

O ponto central da redefinição da nova ordem mundial converge por um lado, para a transformação da tecnologia de informação incorporando o cidadão e o Estado no ciberespaço e, por outro lado, na mudança do exercício de poder não no quadro

de uma lógica de governação global, mas sim na conjugação e na cooperação de formas de governo com uma governação paralela de redes globais interdependentes no sistema internacional. Na opinião de Anne-Marie Slaughter (1997) o Estado não se encontra inserido num processo que possa fomentar ao sequer provocar o seu desaparecimento, mas sim numa via de desagregação resultante de uma nova ordem transgovernamental caso não venha a ser alvo de alterações ora induzidas ora resultantes da imprevisibilidade dos factos internos ou problemas nacionais *potencialmente internacionalizáveis* (Moreira, 1969, pp. 8-9).

Refira-se que os limites da globalização ou da *unidade do mundo* consistem na intensidade em que se determina o grau de instabilidade que o sistema internacional venha a ser capaz de absorver, tendo neste ponto em consideração que todo o sistema comporta-se como uma estrutura evolutiva, interligando a relação de interesses previamente identificados com a complexificação das relações que se estabelecem.

De facto, face a possibilidade de desagregação, acrescentaríamos a proliferação de relações em rede em quatro dimensões aplicadas às relações internacionais: (1) ideológica; (2) económica e financeira; (3) política e diplomática; (4) geoestratégica. A conjugação das quatro dimensões gera uma permanente procura de respostas perante os estímulos emanados do sistema internacional, sendo necessário a obtenção de factores que possam produzir efeitos compensatórios em situação de risco/deficit democrático ou de ameaça de instabilidade dimensional do sistema em si.

Por conseguinte, numa esfera sistémica, no contexto post-11 de Setembro, o exercício realizado por parte de uma potência hegemónica em nome do combate ao terrorismo que culminou na comunicação à nação do Presidente norte-americano, Barack Obama, no *East Room* da Casa Branca, da condução de uma operação por forças especiais e pela CIA que levaram à morte do líder da *al Qaeda*, Osama bin Laden (1957-2011), no dia 01 de Maio de 2011. O presente ato traduz o esforço realizado para conservar o sistema (*homeostático*) numa fase em que possam surgir novos atores em que lugares intangíveis se tornaram tangíveis tem vindo paulatinamente a auto-transformar o sistema internacional (*homeorhesis*) na necessidade de procurar a conservação do equilíbrio (*homeostase*).

Precisamente, se por um lado, o processo *homeostático* absorve os estímulos provenientes do ambiente externo, sendo posteriormente reenviada a resposta, como meio de conservação do sistema, por outro lado a pressão exercida por parte do

ambiente externo, leia-se sistema internacional, decorrente do surgimento de novos atores ou conflitos como o caso da *Primavera Árabe*, iniciada a 17 de Dezembro de 2010 – pela imolação de fogo de Mohamed Bouazizi, considerado de “pai da revolução tunisina”, por desespero, em plena praça central de Sidi Bouzid, na Tunísia, após o mesmo ter-se despedido da mãe na sua página pessoal do *Facebook* e culpabilizado a era vigente (Saqr, 2011) – pode incitar à autotransformação do sistema, estando nesse caso perante um processo de *homeorhesis*. Observemos que a intensa e incessante luta verificada no Médio Oriente, em nome da *Primavera Árabe*, concretamente na Líbia – a intensificação da guerra contra Muammar al-Gaddafi – tem fomentado o incremento de manifestações para derrubar os regimes de Bashar al-Assad na Síria e de Ali Abdullah Saleh no Iémen. Assinale-se conseqüentemente que a manutenção do equilíbrio da balança se baseia no processo de *homeostase* para garantir a continuidade do sistema.

Ao considerarmos que todo o facto nacional possa ser concebido como *interno internacionalizável*, evidencia-se conseqüentemente a transferência parcelar do poder soberano para a ordem externa entre duas tendências em conflito, por um lado, a maquiavélica que recorre ao uso da força para posteriormente estruturar o normativismo e, por outro lado, a humanista que promove a assimilação gradual de valores para posteriormente reorganizar o aparelho de poder do estado. Este facto vem alterar substancialmente o critério de avaliação da capacidade de autonomia e de exercício de soberania por parte do estado na arena internacional bem como no interesse da sua sobrevivência numa lógica de continuidade.

Daí que, dois caminhos parecem sobrepor-se, por um lado, a *cyborgisation* da vida do Homem e, por outro lado, o regresso gradual dos valores básicos no plano humano. Regresso, pelo facto dos mecanismos tecnológicos, auxiliados pelo escalar da necessidade de poder, levarem à obsessão do reflexo da imagem que se traduziu na mudança global de todo um sistema internacional edificado a partir de Westphalia (1648). A atenção foca-se na perspectiva do ser humano envolvido na sociedade civil para compreender a *complexidade crescente* da ordem internacional à qual se encontra sujeito e dependente, dado a multiplicidade de identidades, a proliferação de estruturas e o surgimento de novos atores no subsistema internacional.

Referente à *complexidade crescente* e ao processo biológico de *hominisation* observados pelo Padre Teilhard de Chardin (1881-1955) (2000) no *Fenómeno Humano* (1955), ampliaríamos aqui à implicação da noção de continuidade e descontinuidade ao diferenciar o real do irreal e de igual forma das distintas conexões de rede

que se venham a estabelecer ao longo do tempo, dessa espécie de sentimento de dualidade e posteriormente de cumplicidade virtual, na qual se parte à descoberta do papel do Homem, do objecto humano à medida que as relações internacionais evoluem. Segundo o mesmo autor, o *fenómeno humano* encontra-se dependente da consciência e do espírito de unidade, devendo sujeitar-se a uma harmonização entre o formato geométrico do planeta Terra e o espírito proveniente dos primórdios do tempo. Entendemos nesse caso que o processo de *unificação humana* termina por se traduzir no somatório de consciências individuais até à incorporação da consciência colectiva.

Sistema autopoietico aplicado às relações internacionais

A sobrevivência em meio hostil leva inevitavelmente à criação de outros ambientes considerados de seguros nos quais o Homem deverá entrar novamente numa espiral de processos de readaptação entre ordem, desordem, caos e paz. A dimensão deste novo mundo tem vindo a originar uma evolução da condição humana que caracterizaríamos de *descontinuidade da existência humana*, não significando o desaparecimento súbito do ser humano, mas sim baseado na procura de novas respostas a perguntas relacionadas com o papel do Estado, do mercado, do Homem e da identidade.

Assim, redescobrimos a memória dos tempos vividos na relação entre dois ambientes, o externo e o interno numa lógica da *autopoiesis* (Maturana and Varela, 1980). Segundo Humberto Maturana (2004), a *autopoiesis* consiste no exame dos seres vivos na qualidade de sistemas autónomos cuja produção de moléculas e interações compõem a mesma rede e extensão, i.e., o sistema identificado, em termos de unidade, consiste no processo de produção em rede de transformação e de destruição que por sua vez causam a criação de novos componentes e que através de um contínuo processamento de interações e transformações acabam por regenerar e realizar consecutivamente processos de formação de redes de relações.

Consideramos que as relações internacionais operam no sistema vivo e pertencem ao meio envolvente do ser vivo, originando fenómenos de relações em rede e de interações com implicações no comportamento do Homem, para além de repercussões quer na esfera de atuação dos estados enquanto atores quer na condução da política internacional. Segundo Ervin Laszlo (1932-), um dos fundadores do *General Evolutionary Research Group* (1984), o Homem é em primeiro lugar um 'sistema natural', em segundo 'coisas vivas', em terceiro 'seres humanos', em quar-

to ‘membros de uma sociedade e de uma cultura’, e finalmente em quinto lugar ‘indivíduos particulares’ (Laszlo, 2002, p. 21). Entendemos que as perturbações ao meio envolvente incitam à adaptação do sistema vivo, neste caso particular do Homem perante a nova realidade com que se depara, levando-o a adequar o comportamento e a ativar conseqüentemente mudanças estruturais do sistema internacional do ambiente interno para o externo.

Realçamos a capacidade de resposta do Homem às perturbações ao meio envolvente na garantia da sua sobrevivência numa lógica de correção e compensação. O Homem demonstra não só habilidade adaptativa como também seletiva na utilização das estruturas representativas do estado cujo poder de decisão se destina ao exercício de influenciar o ambiente externo e de defender o respectivo interesse nacional. É nesta circunstância que consideramos a *autopoiesis* desenvolvida por Maturana enquanto modelo auto-regulador dos seres vivos, concretamente do indivíduo no envolvimento da esfera doméstica em interação com a realidade, levando-o para a arena internacional em caso de necessidade imperativa na procura de alternativas às perturbações a que fora sujeito. Denote-se que o processo de redução do grau de instabilidade ou de caos não significa porém que o mesmo se concretize sem incidentes ou eventualmente provoque o emergir de novas perturbações, dado que numa perspectiva do ser humano, derivado da sua natureza, nada se processa de forma contínua e sequencial (Laszlo, 2002, p. 41).

Recordemos o biólogo austríaco Ludwig Van Bertalanffy (1901-1972), autor de *General System Theory* (1968), na introdução da teoria dos sistemas ao examinar a vida num estado de permanente conflito em relação à entropia proveniente da desordem e do caos, que surge no final de duas décadas e na sequência da obra *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine* (1948) de Norbert Wiener (1894-1964) que expõe a teoria da cibernética, a qual integra as relações de interdependência entre partes e elementos do sistema com capacidade de auto-regulação. Relembremos de igual forma as perspectivas de Karl Deustch (1912-1992), na obra *The Nerves of Government* (1963), mas no âmbito da interação entre os ambientes externo e interno no processo de decisão do aparelho governativo; e de David Easton (1917-), por introduzir em *A Systems Analysis of Political Live* (1965) a noção de ambiente, onde o sistema responde e/ou reage na conversão de exigências (*inputs*) em decisões (*outputs*), e da ligação entre o sistema político, a vida política e a distribuição autoritária de valores.

Paralelamente, no ser humano surgem no aspecto relacional e emocional com os seus semelhantes três estados comportamentais: (1) *homo sapiens amans* (amor);

(2) *homo sapiens aggresans* (agressão); *homo sapiens arrogans* (arrogante) (Maturana & Poerksen, 2004, pp. 196-204). Assinalemos que as emoções formam a base e determinam a aceitação ou a rejeição da racionalidade através da justificação ou da negação emocional, estando implícito o comportamento ético como elemento de ligação e de legitimação dos indivíduos e dos estados no sistema internacional, dado que qualquer tipo de resolução de conflito implica inevitavelmente uma natureza emocional na reconciliação das partes para o restabelecimento da confiança e da ordem.

Torna-se, por conseguinte, incontestável a necessidade categórica da vertente política do estado que na sua dimensão partidária, cada vez mais afastada da sociedade civil, ora por ineficácia ora por desconfiança e descrédito das políticas implementadas, de proceder ao restauro do reequilíbrio no acesso aos direitos fundamentais. O restabelecimento da ligação entre o escol político e a sociedade civil deve considerar a complexidade da aproximação do cruzamento de caminhos nos mais variados estados dinâmicos temporais que compõem a estrutura das relações internacionais na formação de sistemas e de subsistemas de redes que se comunicam entre si num mundo no qual o caminho para a *cyborgisation* do indivíduo se tem vindo a converter. Não é possível conceber que se continue a caminhar para uma separação do nível político em relação ao cidadão dado que este último na perspectiva de Adelino Maltez (2007, pp. 229-231) reside naquele que fornecerá a legitimidade ao decisor na edificação do Estado sem considerar diferenciações entre *donos* e *súbditos* para além de impulsionar à materialização do diálogo com o adversário para que o Estado assumira de facto a sociedade que possui, da esfera interna ao *palco internacional*.

Evidencia-se consequentemente que a resolução de conflitos na óptica de Humberto Maturana (2004, p. 206) instituirá na sua base uma natureza emocional, dado a necessidade de criar um ponto de convergência comum de aceitabilidade da reconciliação para afastar o sentimento de receio ou de medo. Assim, o objectivo acarretará a restauração de um ambiente, no quadro das relações internacionais, baseado na confiança mútua para além da reconquista do respeito que se projetará sob a forma de imagem para a arena internacional.

Retoma-se nesse quadro a perspectiva de Donna Haraway (1991, pp. 151-161) no tocante ao incentivo do desenvolvimento de estruturas tecnológicas da *polis* que visam a modificação do próprio conceito de relações sociais na *oikos*, fracturando as referências identitárias. Esta sociedade reclama uma identidade, diríamos uma consciência de identidade que se transpõe no caminho a descobrir, no qual se

procuram raízes de outrora para explicar o tempo presente e colmatar o desfazamento de diálogo entre a sociedade civil e o escol político, tal como preconizava o diplomata e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira (1918-1993) (2000), na sua obra *As Crises e os Homens* (1971), ao descrever que a elite em momento de crise divide-se entre si contra ou a favor de determinados interesses nacionais consoante a ondulação das conjunturas sejam nacionais sejam internacionais emergindo a dificuldade na aceção de Silvério da Rocha-Cunha (2008, p. 107), na análise do *realismo*, de distinguir a verdadeira percepção da realidade do facto realmente concretizável ou possível.

Daí a aplicação da *autopoiesis*, pelo facto do sistema social basear-se na vida e na ligação de consciências, i.e., sistemas psíquicos, e, analogamente, na relação entre seres humanos, o que implica uma dinâmica de coordenação das ações, da dependência em relação à atitude do ator na arena internacional, do tipo de motivação e, por último, na seleção da resposta a proporcionar ao elemento perturbador. A congregação de valores comuns não só origina como define a participação e a seleção por parte de cada um dos indivíduos e dos respectivos papéis a que se destinam na constituição de uma comunidade na qual partilham esses mesmos valores e objectivos ou ações a realizar do meio interno ao meio envolvente, do aparelho político-partidário ao mercado internacional.

Refira-se que surgirão no sistema psíquico pressões de domínio, de agressividade, de submissão e de abandono na convergência do confronto diário a que o Homem é submetido. A capacidade *autopoiética* revela-se determinante na hierarquização dos atores intervenientes, concretamente na identificação dos limites do sistema, da divisão de forças e da localização geográfica que servirá como indicador do grau de risco de ocorrência de conflitos.

Note-se que o *efeito de união* desejado por Teilhard de Chardin (2000) aplicado, na aceção de Adriano Moreira (1969; 1989), ao caminho para *a unidade do mundo e à lei ou tendência da complexidade crescente*, impossibilita qualquer governante ou estado na qualidade de ator das relações internacionais proporcionar justificações quanto à situação de perturbação doméstica sem referenciar a componente externa que veio gerar ou a ocorrência de conflitos ou situações de crise com implicações globais. Ora, esse mesmo caminho por um lado, consiste na crescente agonia dos povos mais carenciados e, por outro lado, por um gradual avanço da desumanização de valores conquistados e adquiridos ao longo do tempo pelo Homem. Anotemos a posição de Hannah Arendt (2002) no âmbito da questão do domínio mundial

ao considerar uma realidade na qual a Humanidade é plenamente consciente da impossibilidade de resistir a tal inevitabilidade.

A par da ordem mundial, surge uma reconfiguração de valores humanos no domínio da procura de crença e de fé em algo superior que possa responder às dúvidas e às angústias da sociedade civil perante as dificuldades de sobrevivência e de adaptação na sequência do agravamento de pobreza e de desemprego, levando ao redesenhar de novos modelos de política transnacional ou simplesmente na óptica do nobel da paz e diplomata egípcio, Mohamed Elbaradei (2010, p. 373), na imperatividade da satisfação das necessidades básicas humanas em nome da segurança internacional e do redireccionamento dos investimentos – concentrados sobretudo no lucro – da ciência e da tecnologia no verdadeiro combate à fome, à doença, à pobreza, ao que classificaríamos de miséria humana.

A matriz ideológica chinesa em evolução

A mundialização interna

Num momento em que se celebrou, no dia 01 de Julho de 2011, os 90 anos da fundação do Partido Comunista da China (PCC), recordemos a perspectiva metafórica do Embaixador Eduardo Brazão (1907-1987) (1949, p. 1), na qualidade de Cônsul de Portugal, em Hong Kong, no ano de 1948 ao descrever a China como a “*mator força passiva do mundo*” e “*uma enorme bola de borracha*”. De facto, num contexto histórico determinante de mudança e de ruptura da ordem interna com implicações na condução das futuras relações diplomáticas e internacionais, o diplomata Eduardo Brazão ao traçar a comparação da China com uma bola de borracha veio caracterizar indubitavelmente a capacidade de absorção da futura potência mundial na transmissão de por um lado da vontade de mudar e, de por outro lado, da necessidade doméstica de garantir a sobrevivência quer do regime quer da respectiva matriz ideológica *sui generis* no mundo., retomando assim a bola de borracha a sua posição inicial. O processo ao qual o diplomata Eduardo Brazão se referiu tem por base a lei universal de causa e efeito que aplicada no âmbito sistémico das relações internacionais consistirá basicamente na capacidade de absorver os *inputs* provenientes do sistema internacional e de expelir na forma de *outputs* a informação ou os elementos previamente filtrados e selecionados por toda uma estrutura devidamente inserida no processo de decisão em matéria de política quer doméstica quer externa em nome da defesa do interesse nacional.

Reassumindo a perspectiva tridimensional do poder, entenda-se a *sede do poder*, a *forma do poder* e a *ideologia* (Moreira, 1989), o PCC desde a 1ª geração de líderes, tendo como expoente Mao Zedong (1896-1976), à 4ª geração que tem conduzido presentemente a China, na figura do Presidente Hu Jintao (1942-), permanece como a *sede do poder*. De acordo com o Preâmbulo da *Constituição da República Popular da China* (2004), o país e a população seguem as orientações do PCC, do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Zedong, da teoria de Deng Xiaoping de “*um país, dois sistemas*” e por último, da “*teoria dos três representantes*” de Jiang Zemin (1926-) que consiste na produtividade avançada, na cultura avançada e nos interesses fundamentais do povo chinês que alude aos “três princípios fundamentais do povo” ou também conhecido por “*tríplice-demismo*” – o princípio do nacionalismo (*minzuzhuyi*); o princípio dos direitos do povo (*minquan*); o princípio do bem-estar do povo (*minshengzhuyi*) de Sun Yat-sen (1866-1925) que apesar de terem a sua génese entre 1896 e 1898 aquando da sua estadia em Londres, só seriam posteriormente apresentados em Bruxelas e publicados em 1924 como doutrina da juventude chinesa (Martins, 2005).

Anotemos que para o PCC, enquanto *sede do poder*, a problemática em torno da mudança reside na implicação de uma alteração e revisão do sistema político e consequentemente da organização administrativa a partir de Pequim. Esta transformação que representa uma evolução da ordem internacional, significa de igual forma não só o reforço como também a entrada dos denominados *capitalistas vermelhos* para o núcleo duro do poder. Na opinião de Bruce Dickson (2003, pp. 157-161), os *capitalistas vermelhos* constituem a metáfora e o simbolismo contraditório da China contemporânea.

Nesse aspecto, entendemos a China esteja a edificar um modelo ideológico *sui generis*, alicerçado no conceito de *desenvolvimento científico* que tem vindo a ser cultivado e promovido por Hu Jintao, no quadro da legitimação da transição e da afirmação do poder instituído com o consentimento do PCC e apoio do Exército Popular de Libertação (EPL). Note-se que Hu Jintao, para além de Presidente da China, ocupa os cargos de Secretário-geral do PCC e o Presidente da Comissão Militar Central do PCC. Segundo Lucian Pye (1985, pp. 182-214), o poder em conjugação com a autoridade central e o papel das relações de *guanxi* constituíram desde sempre dois factores que têm vindo a marcar a história chinesa. Daí deriva toda a complexidade na modernização e transição ideológica porque consistiria, em efetivamente, reconhecer a imperatividade de dividir a autoridade, tal como sublinha Lucian Pye (1985, p. 189), a autoridade política *versus* conhecimento técnico.

Recorde-se que no passado, Mao Zedong (1977, pp. 327-331) registou na sua opinião precisamente no dia 23 de Abril de 1956 no texto “Sur les Dix Grands Rapports” em matéria de como devem ser evitados determinados erros para que a China crie condições para prosseguir e aprender com exemplos emanados de outros Estados, de forma crítica e sobretudo sem copiar, mas sim readaptando os aspectos positivos nas mais diversas áreas da política, da económica, da científica à artística.

Neste contexto, retratemos a génese do PCC que emergiu em Xangai no dia 01 de Julho de 1921, poucos dias após o IIIº Congresso do Komintern a 22 de Junho que teve como pano de fundo a Geração do Movimento de 4 de Maio de 1919 que representou igualmente a primeira geração de líderes (Kampen, 2000, pp. 99-117), dando sequentemente origem ao sentimento nacionalista e ao impulso patriótico para salvar os oprimidos do capitalismo e restaurar o Império do Meio, i.e., por outras palavras recuperar a *face* aquando dos *Tratados Desiguais* e da humilhação provocada aquando da assinatura do Tratado de Versalhes a 28 de Junho de 1919 (Hunt, 1996, pp. 29-80).

Importa recordar o papel do Professor de Literatura Chen Duxiu, da Universidade de Pequim, após ter realizado os seus estudos em literatura, inglês, francês e arquitetura naval em França, no Japão, na *Tokyo Higher Normal School* e em Moscovo, na afirmação partido aquando do Primeiro Congresso no verão de 1921 e na liderança do PCC, na qualidade de primeiro Secretário-Geral no período de 1921 a 1927. Denote-se que para o mesmo, as principais funções do Estado consistem em servir o povo para salvaguardar o bem-estar e garantir os direitos básicos e fundamentais para além da segurança interna.

Importa igualmente referenciar, tal como Chen Duxiu, Zhou Enlai, para além de ser casado com uma ativista estudantil, Deng Yingchao, o futuro Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, estudara na Alemanha, em França – país que observara como “o lar da liberdade” (*ziyou guxiang*) – no Reino Unido e no Japão (Chae-Jin Lee, 1994, pp. 87-109, 151). Assinalemos que Zhou Enlai quando se encontrava em França defendeu ativamente os seus ideais no meio estudantil chinês, tendo sido membro do Partido Comunista Francês. Aliás, David Cheng (1984, p. 15) considera Zhou Enlai como um *intellectual urbano*, referindo que aquando da sua estada em França adquirira uma capacidade conciliatória notável que veio marcar a sua capacidade de diálogo com as diversas facções chinesas.

Noventa anos volvidos, Hu Jintao (2011) no seu discurso oficial aquando das comemorações da fundação do PCC, no dia 01 de Julho de 2011, salienta, entre outros, os seguintes aspectos:

- (1) a capacidade dos comunistas chineses e de todos os grupos étnicos terem contribuído para o sucesso da revolução, do desenvolvimento e da reforma sob o pilar do socialismo com características chinesas;
- (2) o papel fundamental de Sun Yat-sen na Revolução de 1911 que eliminou com o sistema autocrático existente na China, tendo por conseguinte desencadeado o progresso social, apesar de não ter por um lado, introduzido a mudança ou alteração da natureza da sociedade considerada de semifeudal e semicolonial e, por outro lado, contribuído para a erradicação da miséria do povo chinês;
- (3) o processo natural que representou o PCC em 1921 na integração do marxismo e do leninismo com o movimento dos trabalhadores chineses;
- (4) o contributo do PCC na revolução da nova democracia que levaria à independência e à libertação do povo;
- (5) o estabelecimento, através do PCC, de um sistema socialista básico que contribuiria positivamente na transição da nova democracia para o socialismo;
- (6) o PCC conduziu à reforma da nova revolução e à abertura, no quadro do desenvolvimento, do socialismo com características chinesas.

Das gerações que marcaram e acompanharam o PCC, Hu Jintao sublinha que a 1ª Geração liderada por Mao Zedong criou condições na implementação de políticas de desenvolvimento e sobretudo no progresso da China contemporânea, enquanto que a 2ª Geração sob o comando de Deng Xiaoping contribuiu para o caminho do socialismo com características chinesas e, finalmente, a 3ª Geração, representada por Jiang Zemin, foi decisiva para o avanço das reformas necessárias para prosseguir o caminho correto da China a partir do século XXI. Hu Jintao enuncia um novo caminho que consiste no conceito e na doutrina de desenvolvimento científico que adveio aquando do 17º Congresso do PCC (15 a 21 de Outubro de 2007), simbolizando a continuidade e o desenvolvimento do Pensamento de Mao para garantir o bem-estar social na edificação de uma sociedade harmoniosa e gradualmente democrática.

Recordemos que a 1ª Geração de Líderes é representada por Mao Zedong, e cujo evento histórico é a Longa Marcha (1934-1935); a 2ª é a de Deng Xiaoping, com a

Campanha Anti-Japonesa (1937-1945); a 3ª, a de Jiang Zemin, através da Transformação Socialista (1949-1958) e a 4ª, em torno de Hu Jintao, que viveu a Revolução Cultural (1966-1976). Quanto à 5ª geração, os principais nomes dos futuros líderes foram revelados precisamente aquando do 17º Congresso do PCC, Xi Jinping de 58 anos de idade e Li Keqiang, de 56 anos, tendo ambos sido conduzidos para o Comité Permanente do Bureau Político do PCC. Note-se que é Doutorado em Economia pela Universidade de Pequim e pertence à Liga da Juventude Comunista enquanto que Xi Jinping é formado pela Universidade de Tsinghua, na *School of Humanities and Social Sciences*, tendo uma especialização em teoria marxista e educação ideológica. Em relação à 6ª Geração de Líderes que assumirá os destinos da China em 2022, surgem como potenciais representantes: Zhou Qiang (51 anos), Hu Chunhua (48 anos), Nur Bekri (50 anos), Sun Zhengcai (48) e Lu Hao (44 anos), pertencendo este último à Liga da Juventude Comunista, para além de se encontrar em ascensão política e considera-se igualmente que desempenhará um papel de liderança (Lam W., 2009, pp. 2-4).

Justamente, de acordo com Willy Lam, tendo o Presidente Hu Jintao pertencido à Liga da Juventude Comunista, detém dessa forma um papel não só de suma importância como também preponderante na composição e escolha das próximas figuras da Sexta Geração de Líderes. Destacamos o facto de Zhou Qing ser um *protégé* de Hu Jintao e, além disso, de se ter tornado no governador chave da Província de Hunan no quadro do desenvolvimento económico regional. Assinalamos de igual forma que a Zhou Qing lhe foi atribuído o prémio das Nações Unidas “Champions of the Hearth”, derivado das políticas de motivação pelo respeito em matéria ambiental. Acrescentamos uma outra figura proeminente, Hu Chunhua, conhecido como o “*little Hu*” (*Hu Xiao*), dada a sua proximidade com o Presidente Hu Jintao e por o considerar como o seu mentor, é tido na linha de sucessão à Presidência da República para o ano de 2022, apesar de no momento o nome apontado constituir na figura política de Xi Jinping. Um dos aspectos a assinalar em relação a Hu Chunhua reside no facto de deter uma vasta experiência de cerca de 20 anos de política em relação à Região Autónoma do Tibete (Lam W., 2009, pp. 2-4; Thorton, 2006, pp. 133-140). De facto, Hu Jintao nos próximos meses deverá não só proceder ao reforço do núcleo duro da 6ª Geração de Líderes, antes de cessar as suas funções de Secretário-Geral do PCC no próximo 18º Congresso do PCC, como também escolher ou indicar o próximo líder do PCC e eventualmente o Presidente da RPC. Uma das questões a assinalar consiste precisamente na distinção entre os chineses *tizhinei* (no interior do sistema) e os

tizhiwai (fora do sistema) no âmbito da escolha de quadros que desempenharão funções públicas.

Daí que no discurso de Hu Jintao se encontre patente a mistura no campo ideológico do marxismo com o capitalismo, tendo reavaliado todo o legado procedente da era Mao bem como os respectivos ideais e instituições maoístas. Nos próximos tempos, derivado da contínua ascensão e afirmação da China na arena internacional e, além do facto, de recentemente ter obtido o estatuto de 2ª potência mundial e pertencer aos denominados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o núcleo duro em torno de Hu Jintao tencionará encontrar um equilíbrio do axioma desenvolvimento científico e respeito pelos direitos humanos enquadrado numa lógica dita de ocidental, para além de gradualmente contribuir em nome da inovação sistémica. A próxima 6ª Geração de Líderes integrará não só os *capitalistas vermelhos* como enfrentará a questão da crise económica mundial e, sobretudo, o combate à corrupção que segundo Willy Lam (2011, pp. 2-4) originou processos disciplinares a cerca de 146 500 membros do PCC.

Importa referir que a dinâmica interna governativa da sede do poder chinesa tem projetado nas três últimas décadas – a partir de Deng Xiaoping, pai fundador de *um país, dois sistemas* – para a arena internacional um sentimento gradual de afirmação enquanto potência económica cujo papel é acentuado em duas vias, por um lado, ao nível interno por uma tomada de consciência política nacional da imperatividade de manter o crescimento e a estabilidade no sector económico-financeiro e de abertura externa e, por outro lado, na diminuição das diferenças sociais entre o interior (*inner China*) que se encontra com um grau de desenvolvimento inferior à orla costeira dotada de um sentimento democrático mais acentuado junto da população.

Assim, todo este caminho gradual de abertura aparente sem mudanças efetivas nas estruturas da sede do poder e na forma de governação quanto à absorção da dualidade entre o legado de Mao e a transição para a 6ª Geração de Líderes, acentuar-se-á mormente na capacidade de absorver os *inputs* provenientes do ambiente externo, tais como factores da política internacional e económicos, e de proceder ao reenvio dos mesmos na forma de *outputs*, mantendo um equilíbrio estrutural e sistémico do ambiente interno, concretamente na manutenção da base ideológica e o legado que deixará Hu Jintao quanto à doutrina do desenvolvimento científico.

A presente situação aplicada à *autopoiesis* de Humberto Maturana introduz o conceito de garantia de sobrevivência do sistema chinês vigente na afirmação do

respectivo poder projetado para as relações internacionais numa espécie de auto-regulação do mesmo entre equilíbrio e ameaça de desequilíbrio cuja origem emanaria do ambiente externo ou do meio envolvente externo e ponto de chegada seria o ambiente ou estrutura interna, englobado num processo de cíclico de regeneração e renovação de componentes inseridas no âmbito da dinâmica relacional do poder, da sociedade civil e das relações internacionais, na qual se tem vindo a aplicar a chamada *cultura estratégica* na definição política e na manutenção da identidade. Para Willy Lam (1995, pp. 239-321), a sede do poder apenas visa a continuidade do controlo transversal institucional cujo objectivo converge para o incremento do próprio poder do partido numa lógica de sobrevivência do mesmo.

A projeção da matriz ideológica

Entendemos que a problemática em torno da mudança de sistema ou da mudança no sistema político chinês centra-se sobretudo na questão e na capacidade que as novas gerações, tecnocratas e denominados *capitalistas vermelhos*, possuem para evitar a substituição da matriz ideológica e do legado da era Mao para um regime tecnocrático de matriz neoliberal.

Caso se assistisse a uma mudança súbita do sistema vigente, tal processo levaria inevitavelmente a um vácuo no poder que teria impacto direto na arena internacional dada a *crescente interdependência* em que se vive. Daí que Hu Jintao, no seu discurso comemorativo do 90º aniversário do PCC, procedesse ao reavivar da memória de Mao Zedong e sobretudo do significado que representa para todas as gerações de chineses. Todavia, uma mudança gradual no sistema político parece inevitável a médio/longo prazo, mas acompanhado de um equilíbrio com *características chinesas* na forma *autopoiética*, para garantir a sobrevivência do regime numa óptica de mudança na aparência sem a sua efetividade. Acresce ainda o facto que, de acordo com Henry Kissinger (2011, pp. 487-530), o futuro da região asiática e conseqüentemente do mundo se delineará para um determinado grau segundo o desempenho do papel da China e dos Estados Unidos em termos de visão estratégica e da capacidade de executar tal desiderato. Um dos assuntos de maior sensibilidade e de desacordo que se apresenta no eixo Pequim-Washington manifesta-se na questão da religião, concretamente, na liberdade religiosa que sequeentemente levará ao agendamento em matéria do direito à liberdade e ao respeito pelos direitos humanos. A esse respeito, George Walker Bush (1946-) (2001-2009) (2010, pp. 427-8) referiu quer a Hu Jintao quer ao anterior líder Jiang

Zemin não só que os crentes religiosos seriam cidadãos pacíficos e produtivos como também reforçariam o país e a China atingiria o pleno potencial. A título de exemplo de afirmação da posição norte-americana para o regime chinês, o anterior Presidente George W. Bush numa das suas visitas oficiais, decidiu ir à Igreja juntamente com a sua esposa Laura Bush para presenciar a celebração da eucaristia, reunindo-se de igual forma com Cardeal Joseph Zen Ze-kiun (1932-), Bispo da Diocese de Hong Kong (entre 2002 e 2009) e um dos principais opositores do regime comunista, para examinar as áreas relacionadas com os direitos básicos, entre as quais, a liberdade de profissão religiosa.

Na opinião de Javier Solana (2010, p. 206), ex-Secretário-Geral da NATO (1995-1999) e Alto Representante da PESC (1999-2009), torna-se inviável considerar a China uma potência emergente visto representar a qualidade de “reemergente” e permanecer de facto com o estatuto de “Império do Meio”. Javier Solana (2010, pp. 205-6) salienta equitativamente a importância no tratamento de respeito que se deve outorgar a uma potência como o caso da China, caso se pretenda o respectivo retorno da consideração que lhe é atribuída.

Nesse sentido, a mundialização interna de que a China tem vindo a ser alvo simboliza a resistência da sede do poder aos *inputs* emanados do ambiente externo que poderiam colocar em causa a garantia da estabilidade do ambiente interno e a própria sobrevivência do regime através da filtragem, absorção, assimilação e retroação no sistema internacional quer de valores provenientes dos mais variados cantos do mundo quer da formação académica de chineses nas principais universidades no estrangeiro.

Bibliografia

- Arendt, H., 2002. En guise de conclusion. Textes complémentaires. *Les origines du totalitarisme: Eichmann à Jérusalem*. Paris: Gallimard, pp. 860-74.
- Aron, R., 1992. *Paix et guerre entre les nations* (8ème ed.). Paris: Calman-Lévy.
- Axelrod, R., 2006. *The evolution of cooperation* (Revised ed.). New York: Basic Books.
- Brazão, E., 1949. *Alguns apontamentos sobre a posição de Portugal no Extremo Oriente*. Relatório dactilografado, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Hong Kong.
- Bush, G. W., 2010. *Decision points*. New York: Crown Publishers.
- Chae-Jin Lee, 1994. *Zhou Enlai the Early Years*. Stanford: Stanford University Press.
- Chardin, P. T., 2000. *Le phénomène humain*. Paris: Seuil.

Catholic Dioceses in People's Republic of China. GCatholic.com [online] Available at: < <http://www.gcatholic.com/dioceses/country/CN-province.htm> > [Accessed 14 July 2011].

Chang, D. W., 1984. *Zhou Enlai and Deng Xiaoping in the Chinese leadership succession crisis*. New York: University Press of America.

Constitution of People's Republic of China, 2004 National People's Congress of the People's Republic of China. [online] Available at: < http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/node_2825.htm > [Accessed 5 July 2011].

Dickson, B. J., 2003. *Red capitalists in China. The party, private entrepreneurs, and prospects for political change*. Cambridge: University Press.

Elbaradei, M., 2010. *A era da mentira. A verdade escondida sobre os grandes conflitos internacionais*. Lisboa: Matéria-Prima.

General Evolution Research Group. (n.d.). The Darwin Project. [online] Available at: < <http://www.thedarwinproject.com/gerg/gerg.html> > [Accessed 24 July 2011].

Haass, R. N., 2008. The age of nonpolarity. What will follow U.S. dominance. *Foreign Affairs*, 87 (3), pp. 44-56.

Haraway, D. J., 1991. *Simians, Cyborgs, and Women. The reinvention of nature*. New York: Routledge.

Henri, M., 1985. *La Chine antique*. Paris: Presses Universitaires de France.

House, T. W., 2011. *The White House. Office of the Press Secretary*. The White House [online] Available at: < <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osa-ma-bin-laden> > [Accessed 15 May 2011].

Hu Jintao, 2011. *President Hu delivers speech in CPC anniversary rally*. From 90 years of glory [online] Available at: < http://english.cntv.cn/special/CPC_founding/10/index.shtml > [Accessed 12 July 2011]

Hunt, M. H., 1996. *The genesis of Chinese Communist foreign policy*. New York: Columbia University Press.

Hutchings, G., 2000. May Fourth Movement (1919). *Modern China. A companion to a rising power*. England: Penguin Books, pp. 306-7.

Kampen, T., 2000. *Mao Zedong, Zhou Enlai and the evolution of the Chinese communist leadership*. Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies.

Kissinger, H., 2011. *On China*. New York: The Penguin Press.

Krauthammer, C., 1990/1991. The unipolar moment. *Foreign Affairs*, 70 (1), pp. 23-33.

Lam, W., 2009. Hu Jintao picks core sixth-generation leaders. *China Brief*, 9 (10), pp. 2-4.

Lam, W., 2011. Mixing Marxism and Capitalism: CCP celebrates its 90th birthday. *China Brief*, 11 (12), pp. 2-4.

Lam, W. W.-L., 1995. *China after Deng Xiaoping. The power struggle since Tiananmen*. John Wiley & Sons.

- Laszlo, E., 2002. *The systems view of the world. A holistic vision for our time* (4th printing ed.). Cresskill: Hampton Press.
- Maltez, J. A., 2007. *Metodologias da Ciência Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mao Tsetoung, 1977. Sur les dix grands rapports. *Oeuvres choisies*. Pékin: Éditions du Peuple. Vol. 5, pp. 306-331.
- Martins, M. A., 2005. Do cruzamento ideológico de Sun Yat-sen com Jiang Zemin. *Daxiyangguo*, 7, pp. 19-32.
- Martins, M. A., 2004. *Um contributo para a definição da Política Externa da China (1894-2004)*. Lisboa: ISCSP-UTL. Dissertação de Mestrado. Policopiado.
- Maspero, H., 1985. *La Chine Antique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Maturana, H. R., and Poerksen, B., 2004. *From Being to Doing. The Origins of the Biology of Cognition*. Heidelberg: Carl-Auer Verlag.
- Maturana, H. R., and Varela, F. J., 1980. *Autopoiesis and cognition. The Realization of the Living*. Boston, London: D. Reidel.
- Moreira, A., 1989. A lei da complexidade crescente na vida internacional. *Comentários*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pp. 11-20.
- Moreira, A., 1969. A marcha para a unidade do mundo: internacionalismo e nacionalismo. *Estudos Políticos e Sociais*, 7 (4), pp. 1-15.
- Moreira, A., 1989. *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Moreira, A., 2002. *Teoria das Relações Internacionais* (4ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Nogueira, F., 2000. *As crises e os homens* (2 ed.). Porto: Livraria Civilização.
- Pye, L. W., 1985. *Asian power and politics: the cultural dimensions of authority*. Cambridge: Belknap. Harvard University Press.
- Rocha-Cunha, S. d., 2008. A necessidade de um novo «daimon» na política do sistema-mundo. *O improvável que aconteceu & outros estudos em torno de dilemas do Direito e da política numa era global*. Ribeirão: Húmus. pp. 97-128.
- Saqer, G., 2011. *The last facebook status update of bouazizi who sets himself on fire starting the Tunisian revolution*. Arab Crunch [online] Available at: < <http://arabcrunch.com/2011/01/the-last-facebook-status-update-of-bouazizi-who-set-him-self-on-fire-marking-starting-the-tunisian-revolution.html> > [Accessed 20 January 2011].
- Slaughter, A.-M., 1997. The real new world order. *Foreign Affairs*, 76 (5), pp. 183-197.
- Solana, J., 2010. *Reivindicación de la política. Veinte años de relaciones internacionales*. Barcelona: Debate.
- Thorton, J. L., 2006. China's leadership Gap. *Foreign Affairs*, 85 (6), pp. 133-140.
- Wolfers, A., 1962. *Discord and collaboration. Essays on International Politics*. Baltimore: The John Hopkins University.
- Zakaria, F., 2008. *O mundo pós-americano*. Lisboa: Gradiva.